



1 **Ata da 40ª Reunião Ordinária do Conselho de Transparência Pública e**
2 **Combate à Corrupção - CTPCC.** Data: 14 de agosto de 2019, às 14h00.
3 Local: Sala de Reuniões da Secretaria de Estado de Controle e Transparência -
4 SECONT, situada na Av. Governador Bley, 236, Ed. Fábio Ruschi, 8º andar,
5 Centro, Vitória. Ao décimo quarto dia de agosto de dois mil e dezenove, às
6 quatorze horas, reuniu-se o CONSELHO ESTADUAL DE TRANSPARÊNCIA
7 PÚBLICA E COMBATE A CORRUPÇÃO – CTPCC sob a Presidência do Sr.
8 **EDMAR MOREIRA CAMATA**, Secretário de Estado de Controle e
9 Transparência e Presidente do Conselho. A reunião foi secretariada pela
10 Secretária-Executiva **MIRIAN PORTO DO SACRAMENTO** e contou com a
11 presença dos seguintes representantes dos órgãos participantes: **Lenise**
12 **Menezes Loureiro**, titular da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos
13 Humanos - SEGER; **Douglas Dantas**, titular do Sindicato dos Jornalistas -
14 Sindijornalistas; **Márcio Batista Marinot**, suplente do Tribunal de Contas do
15 Estado do Espírito Santo – TCES; **Marcos Pontes de Aquino**, titular da
16 Assembleia Legislativa do Espírito Santo - ALES; **Simone Caliman Rangel**,
17 suplente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo - TJES; **Sandra Majevski**,
18 suplente da Secretaria de Economia e Planejamento – SEP; **Alberto Nemer**,
19 titular da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/ES; **Rafael Simões**, suplente
20 da ONG Transparência Capixaba; **Saulo Alvim Couto**, suplente da Defensoria
21 Pública do Espírito Santo – DPES. A Universidade Federal do Espírito Santo –
22 UFES e Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Espírito Santos –
23 FAES encaminharam ofício indicando, respectivamente, o Sr. **Robson**
24 **Zucoloto** e a Sra. **Cleide Mônica Angeli de Souza de Amaral** como
25 representantes, tendo estes comparecido à reunião, entretanto, não houve
26 tempo hábil para publicação de um novo decreto de nomeação de membros.
27 Não enviaram representantes para a reunião: Secretaria de Estado da Fazenda
28 – SEFAZ e Ministério Público do Estado – MPES (ambos apresentando
29 justificativa prévia para ausência); Procuradoria Geral do Estado – PGE;
30 Conselho de Ética do Espírito Santo; e Central Única dos Trabalhadores –
31 CUT/ES. Também participaram da reunião, como convidados, os auditores
32 Fabrício Massariol e Fabiano Louzada da SECONT; representando a Fundação
33 Renova a Sra. Hilabarbara de A. C. Rodrigues, Engenheira de Planejamento da



34 Gerência de PMO; o Sr. Renato M. Fodra, Gerente de PMO; o Sr. William
35 Sarayeddin e a Sra. Gisele da Silva Coelho, para apresentar o resultado final
36 do Portal de Transparência da Fundação Renova. I. Foi declarada aberta a
37 reunião, pelo Presidente do Conselho: Edmar Moreira Camata – Secretário
38 Estadual de Controle e Transparência que em seguida fez a apresentação da
39 pauta da reunião, que foi a seguinte: 2) Informes; 3) Apresentação das
40 Avaliações de Transparência Ativa e Passiva; 4) Apresentação do resultado
41 final do Portal de Transparência da Fundação Renova; 5) Prazo para perguntas
42 sobre o Portal da Transparência da Fundação Renova; 6) Questões de ordem
43 e encaminhamentos; 7) Encerramento. Seguindo a pauta o Presidente
44 agradeceu a participação da Fundação Renova, menciona que ela foi
45 convidada para dialogar sobre transparência das ações de reparação e relata
46 que a Renova já participou de outras reuniões anteriormente, e que se colocou
47 à disposição para estar presente quando houvessem novidades sobre o Portal
48 da Transparência. O Presidente menciona que essa reunião terá a última
49 participação de algumas entidades por conta da rotatividade natural do
50 Conselho, cedendo lugar para outras entidades. Em seguida, o Presidente do
51 Conselho falou que será apresentada uma pré-avaliação de Transparência
52 Ativa e Transparência Passiva, feita pela Secont, para que medidas sejam
53 tomadas e fragilidades sejam atacadas, com objetivo que o Espírito Santo
54 retome o 1º lugar do Brasil em Transparência. Informou que haverá novas
55 participações no Conselho, cita a Associação dos Municípios - AMUNES, como
56 exemplo, que trará boa oxigenação para o debate do conselho e também para
57 os municípios. O Presidente sugere que todos os participantes se apresentem.
58 A Secretária-Executiva justifica a ausência de representantes da SEFAZ
59 (Secretaria da Fazenda). Em seguida, passou-se para os informes. II. A
60 Secretária Executiva mencionou sobre o regime de alternância, informou sobre
61 os ofícios que foram encaminhados para a ARBES (Associação de
62 Representantes dos Bancos do ES) e para a CTB (Central dos Trabalhadores e
63 Trabalhadoras do Brasil) solicitando indicação de nomes dos novos membros
64 do Conselho, mas somente a CTB havia encaminhado resposta com a
65 indicação dos nomes, que foram, para titular, Paula Jenaína Costa, e para
66 suplente, Erika Piteres. Informou ainda que foi publicado Decreto reativando o



67 Conselho de Ética do Espírito Santo e que já foi encaminhado ofício solicitando
68 que eles indicassem um membro titular e suplente para compor o CTPCC, mas
69 que ainda não foi respondido. Informou ainda que a AMUNES foi convidada
70 para compor o rol de Autoridades Públicas convidadas do conselho e já
71 respondeu ao ofício, fazendo as seguintes indicações: para titular Gilson Daniel
72 Batista (Presidente da AMUNES) e para suplente: Maria Emanuela Alves
73 Pedroso (Secretária Executiva da AMUNES). Informou também que a
74 Fundação RENOVA aceitou o convite feito pelo CTPCC e estavam presentes
75 na 40ª Reunião Ordinária para apresentar o resultado final do seu Portal da
76 Transparência. Por fim, informou sobre o pedido feito pelo FOCATES (Fórum
77 das Carreiras Típicas de Estado) para compor o Conselho de Transparência, o
78 qual será submetido à apreciação do Governador do Estado, da mesma forma
79 como foi deliberado na 31ª Reunião Ordinária quando a ALES e o TJES
80 solicitaram participação no Conselho. A Secretária Executiva ressaltou que os
81 nomes indicados serão aglomerados para fazer um único decreto e para que
82 não haja necessidade de alterar a composição do Conselho várias vezes. **III.**
83 Passando para as apresentações do dia, a Secretária Executiva informou que a
84 Subsecretaria de Transparência fez uma avaliação de como os órgãos do
85 Estado estão em Transparência Ativa e Passiva. Foi feita análise dos sítios
86 institucionais para verificar o atendimento ao rol mínimo que a LAI (Lei de
87 Acesso à Informação) exige, para verificação da Transparência Ativa, utilizando
88 os mesmos quesitos que são avaliados pela CGU inclusive, e foi feita avaliação
89 de Transparência Passiva através do E-OUV (Sistema de Ouvidoria do
90 Estado). Em seguida, a Secretária Executiva Mirian convidou o Auditor do
91 Estado Fabricio Massariol para fazer a Apresentação da Avaliação de
92 Transparência Ativa. **III.1.** Avaliação de Transparência Ativa. O Auditor falou
93 um pouco sobre seu trabalho na Secont e iniciou a apresentação.
94 Fundamentado na LAI, foi criado um diagrama de três pilares, com base na
95 Transparência Ativa, Transparência Passiva e Participação Social, e segundo
96 ele, o terceiro pilar é o mais importante. Dentro de cada pilar, existem vários
97 instrumentos de transparência. E citou o Diário Oficial como um exemplo de
98 instrumento de Transparência Ativa. O terceiro pilar é a Participação social, que
99 é o treinamento, a conscientização do cidadão, o próprio portal de acesso à



100 informação que foi desenvolvido com o intuito de orientar o cidadão e
101 servidores com guias, infográficos e vídeos. “Ao mesmo tempo que temos a
102 responsabilidade de deixar disponível a informação pública, precisamos
103 proteger a informação sigilosa”. Fabrício ressaltou que a avaliação de
104 Transparência Ativa foi focada no instrumento “sítios institucionais”. Informou
105 ainda que a avaliação de Transparência serve para verificar se os órgãos e
106 entidades estão atendendo aos quesitos e critérios da LAI e com isso temos
107 ganho, atingindo melhor posição no ranking da Avaliação de Transparência
108 feita pela CGU. A SECONT verificou 16 quesitos para 56 órgãos e entidades.
109 Foram avaliados 896 itens do mês de junho, e o relatório foi elaborado no mês
110 de julho. Essa avaliação verifica o rol mínimo de informações exigidos pela LAI,
111 que devem ser publicados pelos sítios institucionais. Em cada um desses
112 quesitos foram avaliados os percentuais atingidos. O resultado foi categorizado
113 de acordo com o percentual obtido por cada órgão. Uma planilha (matriz de
114 constatação) foi utilizada para demonstrar o resultado dessa avaliação e
115 dependendo do resultado, são orientadas quais providências devem ser
116 tomadas, de acordo com cada quesito. Através dessa análise, foi possível
117 constatar aumentos dos percentuais de atendimento aos quesitos, comparando
118 o ano de 2017 com 2019 (de 45,9% para 90%). Ou seja, 90% dos quesitos
119 foram atendidos. O Professor Rafael Simões perguntou se os órgãos foram
120 avisados sobre o resultado e se tem alguma meta para sair da posição C.
121 Fabrício Massariol respondeu que foram encaminhados 56 relatórios para os
122 órgãos via E-Docs com propostas de alterações. A Secretária Executiva Mirian
123 informou que é possível encontrar o relatório no site da Secont. Conclusões
124 finais: Houve avanço considerável entre os anos de 2017 e 2019. Contudo
125 ainda, existem 23 órgãos e entidades que não se enquadram na categoria A.
126 Alguns quesitos tiveram uma piora na avaliação, em relação aos anos
127 anteriores. É necessário envolvimento dos órgãos e entidades na continuidade
128 da melhoria dos sítios institucionais. Os 56 relatórios técnicos foram
129 encaminhados pelo sistema eletrônico E-Docs, e o relatório completo foi
130 divulgado no sítio da SECONT. Ressaltou ainda que houve divulgação sobre o
131 relatório na imprensa. O Presidente do Conselho Edmar Moreira Camata fez
132 suas considerações e parabenizou Fabrício por sua apresentação. A Secretária



133 Executiva Mirian convidou o Auditor Fabiano Louzada a apresentar a Avaliação
134 de Transparência Passiva. **III.2.** Apresentação Avaliação Transparência
135 Passiva. Fabiano Louzada se apresentou e falou que seguiu a mesma linha
136 que Fabrício Massariol, ou seja, baseada nos critérios da LAI, e nos mesmos
137 critérios avaliados pela CGU. Foram avaliados 5 quesitos, 54 órgãos e
138 entidades, totalizando 270 itens, no período entre julho de 2018 a julho de
139 2019. Foi feita análise qualitativa, que avaliou a qualidade das respostas em
140 relação a um pedido específico. Foi verificado se a entidade respondeu ao
141 pedido, se foi respondido no prazo, se foi respondido o que foi perguntado, e se
142 o cidadão foi informado sobre a possibilidade de recurso. O auditor Fabiano
143 citou alguns exemplos de pedidos de informação que foram avaliados. Como
144 resultado da primeira etapa da análise qualitativa dos 54 pedidos analisados
145 dos 54 órgãos e entidades, 2 pedidos não foram respondidos. Desses 52
146 pedidos respondidos, somente 45 responderam dentro do prazo. Dos 52
147 pedidos respondidos, somente 49 responderam ao que foi exatamente pedido,
148 5 ou negaram ou responderam de maneira incorreta. Ninguém informou ao
149 cidadão sobre a possibilidade de recurso. Algumas questões foram levantadas
150 pelos participantes, e dúvidas foram esclarecidas. Dando continuidade,
151 Fabiano informou que na segunda análise foi avaliado se todos os pedidos
152 feitos no período de 01/07/2018 a 30/06/2019 foram respondidos dentro do
153 prazo. Foi feita uma média aritmética do resultado das duas análises e chegou-
154 se à conclusão que 22 órgãos estão enquadrados na categoria A, 20 órgãos na
155 categoria B, 7 órgãos na categoria C, 5 na D e nenhum órgão na categoria E.
156 Não temos histórico para comparar, pois essa avaliação foi feita pela primeira
157 vez. Como conclusão, a maioria dos órgãos atende aos pedidos de informação,
158 porém precisam se atentar em relação ao cumprimento do prazo de
159 atendimento e melhorar a qualidade das respostas, primando por uma
160 comunicação clara, objetiva e completa. Considerando que nenhum órgão
161 atendeu ao quesito 4 (informar sobre a possibilidade de recurso), foi solicitado
162 ao Prodest uma alteração no Sistema E-OUV, incluindo automaticamente uma
163 resposta, informando essa possibilidade de recurso. Foi recomendada também
164 a utilização de mecanismos de controle de prazo. Será disponibilizado para os
165 representantes de ouvidoria o acesso a uma ferramenta de BI que foi



166 desenvolvida em parceria com o Prodest para acompanhar as demandas de
167 ouvidoria. Fabiano enfatizou a importância dos órgãos acessarem o portal de
168 acesso à informação, que tem orientações para servidores e cidadãos sobre a
169 LAI, e informa aos órgãos sobre um curso oferecido pelo CGU, que visa
170 melhorar o atendimento ao cidadão. Finalizada a Apresentação da Avaliação
171 de Transparência Passiva, a Secretária Executiva Mirian pergunta se existem
172 dúvidas. Não havendo dúvidas, segue-se à pauta, passando para: **IV.**
173 Apresentação do Resultado Final do Portal de Transparência da Fundação
174 Renova. A Secretária-Executiva passou a palavra para a Fundação Renova. O
175 Sr. Willian Sarayeddin iniciou sua fala expondo a dificuldade que têm em
176 consolidar e dar visibilidade às informações da reparação da tragédia de
177 Mariana. São 42 programas, com milhares de dados, informações e uma
178 gestão de conhecimento complexa, o que já foi feito, o que foi planejado a
179 fazer, o que já foi desembolsado, as demandas dos municípios. O marco de
180 lançamento da primeira versão do Portal foi em julho deste ano, em parceria
181 com o Renato, Gerente de PMO da Fundação, e com a Hilabarbara. Ressaltou
182 que será apresentada uma primeira versão com dados consolidados em
183 relação a investimentos que foram feitos nos principais territórios, não sendo
184 possível entrar no detalhamento dos dados, devido à grande dificuldade de
185 consolidação dos dados, e solicitou a contribuição dos conselheiros com
186 sugestões de melhorias. O Sr. Willian passou então a palavra ao Sr. Renato
187 Fodra, que expôs o grande desafio que teve de migrar o controle dos dados e
188 informações do papel para um controle informatizado, de forma a dar uma
189 resposta contextualizada, clara e específica aos atingidos. O Portal foi
190 construído em etapas, em parceria com alguns órgãos do OGP (Open
191 Government Partnership) e participação muito forte da CGU. Esclareceu que
192 tentaram ao máximo utilizar a Lei da Transparência e de Acesso à Informação
193 como guias, porém nem todos os requisitos foram atendidos em detalhes.
194 Hilabarbara informa que o portal da Renova lista todos os locais de atuação,
195 onde é possível acompanhar todos os programas de atuação municipalizados.
196 O Sr. Renato então informou que, como ainda não foi possível digitalizar todas
197 as informações, em especial as que possuem controles muito frágeis em Word
198 ou Excel, não acharam recomendável, nessa etapa do trabalho, trazer pro



199 portal. O Professor Rafael Simões sugeriu que fossem disponibilizados no
200 Portal os comprovantes com os gastos com tais itens e com o que foi gasto,
201 pois desde a origem da Fundação existem desconfianças das pessoas com
202 relação à Renova, gerando uma necessidade maior do Portal ser transparente
203 e eficiente. O Professor Rafael sugeriu também que fossem disponibilizados no
204 Portal os depoimentos das pessoas que foram atingidas, e também
205 beneficiadas pelos programas. Em relação à sugestão sobre os depoimentos, o
206 Sr. Renato comentou que isso pode expor as famílias e dar ideia de que foi
207 feito com o objetivo de dar publicidade à Fundação. O Sr. Marcio Marinot se
208 manifestou informando que o mínimo que a Renova deveria seguir é o que já é
209 publicado em outros portais da transparência, garantindo um mínimo de
210 prestação de contas, e que o Portal da Transparência da Fundação não possui
211 o mínimo para garantir isso. O Sr. Renato reconheceu que existem vários
212 desafios para a Fundação Renova melhorar a percepção que os cidadãos têm
213 em termos de transparência nas informações e nos acordos feitos com as
214 famílias atingidas. O Presidente do Conselho Edmar Moreira Camata diz que
215 existe uma dificuldade muito grande quando se fala sobre evoluir em
216 transparência. O Sr. Marcos Aquino elogiou a aparência do Portal, e sugeriu
217 que a simples disponibilização de planilhas em Excel discriminando os gastos
218 de cada um dos programas já seria um grande avanço sobre o que estava
219 sendo apresentado em termos de conteúdo. O Sr. Rafael Simões sugeriu a
220 formação de uma pequena comissão de trabalho do conselho para se reunir e
221 fazer uma varredura no site, com relatório crítico de propostas a serem
222 encaminhadas à Renova. O Sr. Renato aprovou a ideia e sugeriu ainda que
223 esse trabalho seja feito em conjunto com representantes da Controladoria do
224 Estado de Minas Gerais. O Presidente do Conselho, Sr. Edmar Camata,
225 solicitou então que a Fundação Renova encaminhasse os contatos das
226 pessoas da Controladoria de Minas que estavam envolvidas com essa mesma
227 discussão por lá. Encerrada a apresentação da Fundação Renova, a
228 Secretária Executiva Mirian Porto, abriu espaço para novas perguntas. Como
229 não havia mais perguntas sobre o Portal da Fundação Renova, o Presidente do
230 conselho solicitou que os membros presentes se voluntariassem a participar da
231 comissão proposta pelo membro Rafael Simões. Se manifestaram com



232 interesse em participar: SECONT, Transparência Capixaba, Tribunal de
233 Contas, Assembleia Legislativa e UFES. Por fim, a Secretária-Executiva
234 informou que aguardaria o e-mail da Fundação Renova com os contatos da
235 Controladoria de Minas Gerais que estão envolvidos no assunto para que
236 possamos compartilhar o resultado do nosso trabalho. A Secretária-Executiva
237 aproveitou para justificar também a ausência dos membros do Ministério
238 Público e da SEFAZ que não puderam comparecer, mas justificaram ausência
239 por e-mail, e lembrou que a próxima reunião será dia 23/10/2019, ficando
240 mantido o horário das 14:00, conforme definido na última reunião. Esgotada a
241 pauta, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e declarou
242 encerrada a reunião, às dezesseis horas, do que, para constar, eu, **MIRIAN**
243 **PORTO DO SACRAMENTO**, Secretária-Executiva, lavrei a presente ata que,
244 depois de conferida, vai assinada por mim _____,
245 pelo Senhor Presidente e demais membros do Conselho.

EDMAR MOREIRA CAMATA

Representante da SECONT
Presidente do Conselho

DOUGLAS DANTAS

Representante do Sindijornalistas -
Titular

LENIZE MENEZES LOUREIRO

Representante da SEGER – Titular

SANDRA MAJEVSKI

Representante da SEP - Suplente

MÁRCIO BATISTA MARINOT

Representante do Tribunal de Contas -
Suplente

MARCOS PONTES DE AQUINO

Representante da ALES - Titular

SIMONE CALIMAN RANGEL

Representante do Tribunal de Justiça
do Espírito Santo - Suplente

ALBERTO NEMER

Representante da Ordem dos
Advogados do Brasil – Titular

RAFAEL SIMÕES

Representante da ONG Transparência
Capixaba - Suplente

SAULO ALVIM COUTO

Representante da Defensoria Pública
do Espírito Santo – Suplente

246

CAPTURADO POR	
FABIANO DA ROCHA LOUZADA FUNCAO GRATIFICADA - AGE/SECONT SECONT - ASSTEC SUBTRAN	
DATA DA CAPTURA	02/10/2019 14:11:46 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
VALOR LEGAL	ORIGINAL
NATUREZA	DOCUMENTO NATO-DIGITAL

ASSINARAM O DOCUMENTO	
MIRIAN PORTO DO SACRAMENTO SECRETARIA-CTPCC SECONT - CTPC Assinado em 02/10/2019 14:11:46 Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.	
EDMAR CAMATA PRESIDENTE-CTPCC SECONT - CTPC Assinado em 11/09/2019 15:43:43 Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.	
LENISE MENEZES LOUREIRO CONSELHEIRO-CTPCC SECONT - CTPC Assinado em 17/09/2019 15:54:06 Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.	
SANDRA MARA MAGEVSKI CONSELHEIRA-CTPCC SECONT - CTPC Assinado em 17/09/2019 11:06:23 Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.	
MARCOS PONTES DE AQUINO CONSELHEIRO-CTPCC SECONT - CTPC Assinado em 16/09/2019 08:09:01 Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.	
SIMONE CALIMAN RANGEL MORYAMA CONSELHEIRA-CTPCC SECONT - CTPC Assinado em 30/09/2019 10:34:39 Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.	
ALBERTO NEMER NETO CONSELHEIRO-CTPCC SECONT - CTPC Assinado em 30/09/2019 10:36:34 Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.	
SAULO ALVIM COUTO CONSELHEIRO-CTPCC SECONT - CTPC Assinado em 30/09/2019 12:05:36 Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.	
DOUGLAS CARDOSO CONSELHEIRO-CTPCC SECONT - CTPC Assinado em 19/09/2019 16:49:33 Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.	
MARCIO BATISTA MARINOT CONSELHEIRO-CTPCC SECONT - CTPC Assinado em 24/09/2019 14:17:11 Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.	

RAFAEL CLÁUDIO SIMÕES
CONSELHEIRO-CTPCC
SECONT - CTPC
Assinado em 17/09/2019 12:43:40

Documento original assinado eletronicamente, conforme art. 6, § 1º, do Decreto 4410-R/2019.

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link <https://e-docs.es.gov.br/documento/registro/2019-B7B9R0>



Consulta via leitor de QR Code.